



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Confiar e desconfiar

Desconfiar é bom e não custa nada – é o que diz o senso comum, valorizando tanto a cautela como a usura. Mas eu acho que desconfiar custa, sim, e às vezes custa demais. A desconfiança costuma ficar bem no meio do caminho da aventura, da iniciativa, da descoberta, atravancando a passagem e impedindo – quem sabe? – uma experiência essencial.

Por desconfiar deixamos de arriscar, permitindo que a prudência nos imobilize; por cautela, calamo-nos, não damos o passo, desviamos o olhar. Depois, ficamos ruminando sobre o que teremos perdido, por não ousar.

O senso comum também diz que é melhor nos arrependermos do que fizemos do que lamentarmos o que deixamos de fazer. Como se vê, a sabedoria popular também hesita, e se contradiz. Mas nesse capítulo da desconfiança eu arrisco: quando confiar é mais perigoso e mais difícil, parece-me valer a pena. Falo da confiança marcada pela positividade, pela esperança, pelo crédito, não pela mera credulidade. Mesmo quando o confiante se vê malogrado, a confiança terá valido o tempo que durou, a qualidade da aposta que perdeu. O desconfiado pode até contar vantagem, cantando alto: – Eu não falei? Mas ao dizer isso, com os pés chumbados no chão da cautela temerosa, o desconfiado lembra apenas a estátua do navegante que foi ao mar e voltou consagrado. As estátuas, como se sabe, não viajam nunca, apenas podem celebrar os grandes e ousados descobridores.

“Confiar, desconfiando” é outra pérola do senso comum. Não gosto dessa orientação conciliatória, que manda ganhar abraçando ambas as opções. Confie, quando for esse o verdadeiro e radical desafio.

(Ascendino Salles, inédito)

1. Quanto ao sentimento da *desconfiança*, o texto manifesta clara divergência do senso comum, pois, para o autor, esse sentimento

- (A) leva, como é sabido, à prática da prudência, que é a chave das grandes criações humanas.
- (B) traz, como poucos sabem, a consequência de esperar que tudo acabe se resolvendo por si mesmo.
- (C) acaba, como poucos reconhecem, por impedir que se tomem iniciativas audazes e criativas.
- (D) traduz, como poucos sabem, a vantagem de se calcular muito bem cada passo das experiências essenciais.
- (E) importa, como é sabido, em eliminar a dose de irracionalidade que deve acompanhar a prudência conservadora.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, os termos *cautela* e *usura* são atributos de que o autor se vale para exprimir o que vê como desvantagens da mais cega confiança.
- II. No segundo parágrafo, o segmento *ficamos ruminando sobre o que teremos perdido* refere-se aos remorsos que sentimos depois de uma iniciativa intempestiva.
- III. No terceiro parágrafo, a expressão *mera credulidade* é empregada para distinguir a ingenuidade do homem crédulo da consciência ativa do confiante.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Considerando-se o contexto, está clara e corretamente traduzido o sentido deste segmento:

- (A) *permitindo que a prudência nos imobilize* (2º parágrafo) = estacando o avanço da cautela.
- (B) *a sabedoria popular também hesita, e se contradiz* (3º parágrafo) = a proverbial sabedoria também se furta aos paradoxos.
- (C) *o confiante se vê malogrado* (3º parágrafo) = deixa-se frustrar quem não ousa.
- (D) *pés chumbados no chão da cautela temerosa* (3º parágrafo) = imobilizado pela prudência receosa.
- (E) *orientação conciliatória* (4º parágrafo) = paradigma incontestável.

4. O autor afirma que *a sabedoria popular também hesita, e se contradiz* – fato que se pode constatar quando se comparam os seguintes provérbios:

- (A) **Quem vê cara não vê coração** e **Nem tudo o que reluz é ouro.**
- (B) **Quem espera sempre alcança** e **Deus ajuda quem cedo madruga.**
- (C) **Casa de ferreiro, espeto de pau** e **Santo de casa não faz milagre.**
- (D) **Depois da tempestade vem a bonança** e **Nada como um dia depois do outro.**
- (E) **A união faz a força** e **Uma andorinha só não faz verão.**



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ao contrário da maioria, onde se prefere desconfiar do que confiar, o autor do texto preferiu ficar com esta, expondo seus argumentos.
- (B) Desconfiar é para muitos preferível do que confiar, pois lhes parecem que a confiança requer ingenuidade, em vez da necessária cautela.
- (C) A desconfiança é normalmente valorizada, se associada à prudência, mas há quem veja nela um entrave para a criação mais ousada.
- (D) Quem deseja tomar iniciativa e efetuar criações, não pode prender-se a desconfiança, em cuja reverte em paralisia o que devia ser ação.
- (E) Ser ousado para criar com liberdade requer de que a desconfiança não venha bloquear nosso caminho, ou mesmo chegar a paralisá-lo.
-
6. Estão plenamente acatadas as normas de concordância verbal na seguinte frase:
- (A) A virtude da confiança, assim como a da desconfiança, não independe das circunstâncias que a requisitam.
- (B) As ações de confiar ou desconfiar constitui uma alternativa que não raro corresponde a um dilema.
- (C) Destacam-se, no capítulo das desconfianças, a escola dos filósofos clássicos identificados com o ideário do ceticismo.
- (D) Entre todas as virtudes, a da confiança é das que mais requer argumentos para se afirmarem junto aos críticos.
- (E) Aos desconfiados parecem inaceitável ingenuidade pensar que o otimismo e a esperança possam nutrir alguém.
-
7. Mantendo-se o sentido e a correção, a frase *Confiar, desconfiando* ganha desenvolvimento e explicitação em:
- (A) Quem confia acaba por estar desconfiando.
- (B) Somente quem desconfia é capaz de confiar.
- (C) A desconfiança, embora incompatível, faz confiar.
- (D) Não dispense a desconfiança quem se ponha a confiar.
- (E) Ainda quando se desconfie, mais vale a pena se confiar.
-
8. É preciso **corrigir** a má estruturação da seguinte frase:
- (A) Prefiro arrepende-me pelo que ousei – e confesso que ousei muito pouco – a lamentar-me pelo excesso de cautela.
- (B) É fato que a sabedoria popular, como tantas vezes se manifesta em expressivos provérbios, nem por isso fica livre dos paradoxos.
- (C) É de fato muito difícil, em nosso mundo cheio de problemas, pedir a alguém que deposite toda a confiança em alguma coisa.
- (D) É penoso termos de suportar o canto de vitória que os desconfiados sempre entoam enquanto sofremos por haver confiado.
- (E) Ao final do texto, considera-se a hipótese de que é um grande desafio tornar inabalável a confiança no que de fato acreditamos.
-
9. *Mesmo quando o confiante se vê malgrado, a confiança terá valido o tempo que durou.*
- Complementa-se com coerência e correção esta nova redação dada à frase acima: **A confiança terá valido a pena**
- (A) **a menos que o confiante se malogre.**
- (B) **tão logo se veja malgrado quem confiou.**
- (C) **uma vez que o confiante veja seu malogro.**
- (D) **ainda que o confiante se veja malgrado.**
- (E) **assim que se malogre o confiante.**
-
10. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:
- (A) Não é fácil – confessemos logo – estabelecer uma clara linha divisória entre o que há de virtuoso na confiança, reconhecida como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório em desconfiar, quando isso significa problematizar uma decisão.
- (B) Não é fácil, confessemos logo, estabelecer uma clara linha divisória: entre o que há de virtuoso na confiança reconhecida como atividade positiva, e criativa, e o que há de meritório em desconfiar, quando isso significa problematizar uma decisão.
- (C) Não é fácil, confessemos logo: estabelecer uma clara linha divisória, entre o que há de virtuoso na confiança reconhecida, como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório em desconfiar quando, isso, significa problematizar uma decisão.
- (D) Não é fácil, confessemos logo estabelecer, uma clara linha divisória, entre o que há de virtuoso, na confiança reconhecida, como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório em desconfiar, quando isso significa problematizar uma decisão.
- (E) Não é fácil – confessemos logo – estabelecer uma clara linha divisória, entre o que há de virtuoso, na confiança reconhecida como atividade positiva e criativa, e o que há de meritório, em desconfiar quando isso significa problematizar uma decisão.
-
- Matemática e Raciocínio Lógico**
11. A etiqueta de um produto indica que seu preço é R\$ 160. No sistema da loja, porém, um de seus três dígitos foi registrado errado, gerando um valor x% maior do que o da etiqueta. Apenas com essas informações, conclui-se que x pode valer, no máximo,
- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 19.
- (D) 500.
- (E) 600.



12. Uma pesquisa realizada pelo Diretório Acadêmico de uma faculdade mostrou que 65% dos alunos são a favor da construção de uma nova quadra poliesportiva. Dentre os alunos homens, 11 em cada 16 manifestaram-se a favor da nova quadra e, dentre as mulheres, 3 em cada 5. Nessa faculdade, a razão entre o número de alunos homens e mulheres, nessa ordem, é igual a
- (A) $\frac{4}{3}$.
(B) $\frac{6}{5}$.
(C) $\frac{7}{4}$.
(D) $\frac{7}{5}$.
(E) $\frac{9}{7}$.

13. Um investidor comprou um apartamento X e revendeu-o em seguida, conseguindo lucro nessa transação. Com a totalidade do dinheiro obtido, comprou um apartamento Y e revendeu-o por um valor 40% maior do que o que havia comprado. Considerando o dinheiro investido no apartamento X e o valor pelo qual foi vendido o apartamento Y, o investidor obteve 61% de lucro. Dessa forma, o lucro obtido na venda do apartamento X foi de
- (A) 10%.
(B) 12%.
(C) 15%.
(D) 18%.
(E) 21%.

14. Considere a sequência de operações mentais descrita abaixo.

I. Escolha um número positivo N.

II. Some N com a sua metade.

Uma pessoa realizou essa sequência seis vezes, de modo que, a partir da segunda, ela sempre escolhia como número N o valor obtido na operação II da vez anterior. Se ao terminar a sequência pela sexta vez essa pessoa obteve, na operação II, soma igual a $\frac{81}{8}$, então o número N pensado da primeira vez é igual a

- (A) 3.
(B) 2.
(C) $\frac{4}{3}$.
(D) $\frac{4}{9}$.
(E) $\frac{8}{9}$.

15. Leia os **Avisos I** e **II**, colocados em um dos setores de uma fábrica.

Aviso I

Prezado funcionário,
se você não realizou o curso específico, então não pode operar a máquina M.

Aviso II

Prezado funcionário,
se você realizou o curso específico, então pode operar a máquina M.

Paulo, funcionário desse setor, realizou o curso específico, mas foi proibido, por seu supervisor, de operar a máquina M. A decisão do supervisor

- (A) opõe-se apenas ao **Aviso I**.
(B) opõe-se ao **Aviso I** e pode ou não se opor ao **Aviso II**.
(C) opõe-se aos dois avisos.
(D) não se opõe ao **Aviso I** nem ao **II**.
(E) opõe-se apenas ao **Aviso II**.



Informática

16. João trabalha no departamento financeiro de uma grande empresa de vendas no varejo e, em certa ocasião, teve a necessidade de enviar a 768 clientes inadimplentes uma carta com um texto padrão, na qual deveria mudar apenas o nome do destinatário e a data em que deveria comparecer à empresa para negociar suas dívidas. Por se tratar de um número expressivo de clientes, João pesquisou recursos no *Microsoft Office 2010*, em português, para que pudesse cadastrar apenas os dados dos clientes e as datas em que deveriam comparecer à empresa e automatizar o processo de impressão, sem ter que mudar os dados manualmente. Após imprimir todas as correspondências, João desejava ainda imprimir, também de forma automática, um conjunto de etiquetas para colar nos envelopes em que as correspondências seriam colocadas.

Os recursos do *Microsoft Office 2010* que permitem atender às necessidades de João são os recursos

- (A) para criação de mala direta e etiquetas disponíveis na guia Correspondências do *Microsoft Word 2010*.
- (B) de automatização de impressão de correspondências disponíveis na guia Mala Direta do *Microsoft PowerPoint 2010*.
- (C) de banco de dados disponíveis na guia Correspondências do *Microsoft Word 2010*.
- (D) de mala direta e etiquetas disponíveis na guia Inserir do *Microsoft Word 2010*.
- (E) de banco de dados e etiquetas disponíveis na guia Correspondências do *Microsoft Excel 2010*.

17. Alexis digitou a planilha abaixo no *Microsoft Excel 2010* em português.

	A	B	C	D
1	Funcionário	Departamento	Cargo	Salário
2	Ana Paula de Souza	Financeiro	Gerente	R\$ 10.567,00
3	Maria Cristina Teodoro	Vendas	Gerente	R\$ 8.762,00
4	André Ribeiro Peixoto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.456,56
5	Marcos Alves da Silva	Financeiro	Analista	R\$ 2.998,67
6	Narcisa de Abreu Gato	Vendas	Vendedor	R\$ 2.300,00
7	Paulo Rogério Naoto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.050,00
8	Mônica Franco Martins	Vendas	Vendedor	R\$ 1.981,56

Seu chefe solicitou que ele imprimisse apenas os dados dos funcionários com cargo de Auxiliar e que trabalham no Departamento Financeiro. Alexis adotou os procedimentos necessários e foi impresso o conteúdo abaixo.

Funcionário	Departamento	Cargo	Salário
André Ribeiro Peixoto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.456,56
Paulo Rogério Naoto	Financeiro	Auxiliar	R\$ 1.050,00

Para realizar o procedimento e atender à solicitação de seu chefe, Alexis

- (A) selecionou as colunas A, B, C e D das linhas 1, 4 e 7, clicou na guia Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Seleção. Na caixa de diálogo que se abriu, selecionou a opção Impressão sequencial e clicou no botão Imprimir.
- (B) clicou na guia Arquivo e na opção Imprimir. Na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Seleção. Na caixa de diálogo que se abriu, clicou no botão Selecionar células e selecionou nas linhas 1, 4 e 7 as colunas A, B, C e D.
- (C) selecionou as células preenchidas da planilha e habilitou a filtragem de células selecionadas. Em seguida, clicou na ferramenta Classificar e Filtrar da guia Página Inicial e selecionou a opção Formatar Filtro. Na caixa de diálogo exibida, na coluna B, onde estão os departamentos, deixou selecionada apenas a opção Financeiro. Na coluna C, onde estão os cargos, deixou selecionado apenas a opção Auxiliar. Para finalizar, clicou no botão Enviar para a Impressora.
- (D) selecionou as colunas A, B, C e D das linhas 1, 4 e 7, copiou as células selecionadas, iniciou uma nova planilha e colou as células copiadas nessa planilha. Em seguida, fez a formatação necessária para deixar as células como na planilha original, clicou na guia Arquivo e na opção Imprimir. Na divisão Impressão, selecionou a opção Imprimir Células.
- (E) selecionou as células preenchidas da planilha e habilitou a filtragem de células selecionadas. Em seguida, clicou na seta do cabeçalho da coluna B onde estão os departamentos e deixou selecionado apenas o campo Financeiro. Depois, clicou na seta do cabeçalho da coluna C onde estão os cargos e deixou selecionado apenas o campo Auxiliar. Na sequência, selecionou todas as células resultantes da filtragem e clicou na guia Arquivo e na opção Imprimir. Na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Seleção.



18. Paulo utiliza o *Windows 7 Professional* em português e deseja copiar um arquivo de seu *pen drive* para uma pasta no HD do computador. Antes de iniciar o procedimento, clicou no botão **Iniciar** e na opção **Computador** e, em seguida, selecionou o **disco local C** e criou a pasta onde a cópia do arquivo será colocada. Para realizar o procedimento desejado, considere as opções a seguir:
- I. Abrir em uma janela a pasta contida no **disco local C** e em outra janela a unidade de *pen drive* onde está o arquivo. Colocar as duas janelas uma do lado da outra. Clicar sobre o nome do arquivo do *pen drive* que se deseja copiar, arrastar e soltar sobre a janela que exibe o conteúdo da pasta criada.
 - II. Abrir a unidade de *pen drive*, clicar com o botão direito do mouse sobre o nome do arquivo que se deseja copiar, clicar na opção **Copiar**. Abrir a pasta contida no **disco local C**, clicar com o botão direito do mouse em uma área vazia dessa pasta e selecionar a opção **Colar**.
 - III. Abrir a unidade de *pen drive*, clicar com o botão direito do mouse sobre o nome do arquivo que se deseja copiar, selecionar a opção **Enviar para**, selecionar a unidade de **disco local C**, selecionar a pasta para onde deseja-se copiar o arquivo e, por último, clicar na opção **Enviar**.
 - IV. Clicar no botão **Iniciar**, selecionar a opção **Área de Transferência** e selecionar a opção **Procurar**. Em seguida, selecionar a unidade de *pen drive*, selecionar o arquivo que se deseja copiar e clicar em **Abrir**. Clicar na sequência no botão **Enviar Para**, selecionar a pasta para onde se deseja copiar o arquivo no **disco local C** e, em seguida, clicar no botão **Enviar**.

São procedimentos corretos para realizar a tarefa desejada, o que se afirma APENAS em

- (A) III.
 - (B) I.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
19. Beatriz trabalha em um escritório de advocacia e utiliza um computador com o *Windows 7 Professional* em português. Certo dia notou que o computador em que trabalha parou de se comunicar com a internet e com outros computadores ligados na rede local. Após consultar um técnico, por telefone, foi informada que sua placa de rede poderia estar com problemas e foi orientada a checar o funcionamento do adaptador de rede. Para isso, Beatriz entrou no Painel de Controle, clicou na opção *Hardware* e Sons e, no grupo Dispositivos e Impressoras, selecionou a opção
- (A) Central de redes e compartilhamento.
 - (B) Verificar *status* do computador.
 - (C) Redes e conectividade.
 - (D) Gerenciador de dispositivos.
 - (E) Exibir o *status* e as tarefas de rede.

20. Considere:

Uma intranet simples pode ser criada conectando-se um computador cliente munido de um navegador web a um computador equipado com um software I via uma rede que utiliza a pilha de protocolos II Um III mantém visitantes indesejados do lado de fora da rede.

As lacunas I, II e III deverão ser preenchidas correta e respectivamente por:

	I	II	III
A	sistema operacional	HTTP	<i>firewall</i>
B	servidor <i>web</i>	TCP/IP	<i>firewall</i>
C	<i>browser</i>	HTTP	<i>proxy</i>
D	servidor de aplicação	TCP/IP	<i>DNS</i>
E	gerenciador de redes	TCP/IP	<i>DNS</i>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Em sua redação original, previa o artigo 39, caput, da Constituição da República:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.”

A Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, alterou a redação do referido dispositivo, que assim passou a dispor:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.”

Em virtude de medida cautelar concedida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, conforme decisão publicada em março de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia do artigo 39, caput, da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, produzindo a decisão, no caso em tela, os efeitos regulares previstos em lei.

Diante disso, é correto afirmar que referida decisão do STF é dotada de eficácia

- (A) contra todos, foi concedida com efeito *ex nunc* e tornou insubsistentes os atos praticados com base na legislação aprovada sob a vigência da emenda declarada suspensa.
- (B) *inter partes*, foi concedida com efeito *ex nunc* e tornou aplicável a legislação existente anteriormente à emenda constitucional declarada suspensa.
- (C) contra todos, foi concedida com efeito *ex tunc* e tornou insubsistentes os atos praticados com base na legislação aprovada sob a vigência da emenda declarada suspensa.
- (D) *inter partes*, foi concedida com efeito *ex tunc* e tornou aplicável a legislação existente anteriormente à emenda constitucional declarada suspensa.
- (E) contra todos, foi concedida com efeito *ex nunc* e tornou aplicável a legislação existente anteriormente à emenda constitucional declarada suspensa.

22. Em virtude da garantia constitucional do direito à intimidade, da inviolabilidade de domicílio e do sigilo das comunicações, seria considerada ilícita a prova decorrente de

- (A) cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão em escritório de advocacia.
- (B) gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro.
- (C) análise dos últimos registros telefônicos em aparelhos celulares apreendidos após a efetuação de prisão em flagrante.
- (D) apreensão de livros contábeis, em escritório de contabilidade, por agentes fazendários e policiais federais, sem mandado judicial e sem anuência do responsável pelo escritório.
- (E) realização de prisão em flagrante, sem mandado judicial, nas situações especificadas em lei.

23. Ao disciplinar o direito de propriedade como um direito fundamental, a Constituição da República prevê que

- (A) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, procede-se, em regra, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- (B) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização posterior, se houver dano.
- (C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- (D) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio vitalício para sua utilização, além de proteção temporária para criações industriais, propriedade das marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- (E) o direito de herança é garantido, sendo a sucessão de bens de estrangeiros situados no País sempre regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.

24. Considere as seguintes afirmações em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria:

- I. Dentro do prazo de validade de concurso público, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, estando obrigada a nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, ressalvadas situações excepcionais que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público.
- II. Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público, nem ser substituído por decisão judicial.
- III. Até que sobrevenha lei específica para regulamentar o exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis, aplica-se-lhes, no que couber, a lei que disciplina o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.



25. Ao disciplinar o financiamento da seguridade social, a Constituição da República estabelece que

- (A) as contribuições sociais do empregador e da empresa incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- (B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber incentivos fiscais ou creditícios, com vistas à sua recuperação financeira, nas hipóteses previstas em lei.
- (C) a lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos e as do importador de bens ou serviços do exterior serão não-cumulativas.
- (D) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social só poderão ser exigidas no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou, desde que decorridos noventa dias da data da publicação da lei.
- (E) a lei definirá os critérios de transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, dispensada a respectiva contrapartida de recursos.

26. Consideradas as normas constitucionais vigentes e a interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações

- I. penais, desde que ajuizadas posteriormente à entrada em vigor da emenda à Constituição que estabeleceu sua competência para o julgamento de *habeas corpus*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- II. que envolvam exercício do direito de greve, inclusive as relativas a servidores públicos civis, enquanto perdurar a omissão do Congresso Nacional quanto à sua regulamentação por lei específica.
- III. oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, o que, no entanto, não compreende a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) II e III.

Direito Administrativo

27. A propósito dos princípios que informam a atuação da Administração pública tem-se que o princípio da

- (A) eficiência e o princípio da legalidade podem ser excludentes, razão pela qual cabe ao administrador a opção de escolha dentre eles, de acordo com o caso concreto.
- (B) tutela permite que a administração pública exerça, em algum grau e medida, controle sobre as autarquias que instituir, para garantia da observância de suas finalidades institucionais.
- (C) autotutela permite o controle dos atos praticados pelos entes que integram a administração indireta, inclusive consórcios públicos.
- (D) supremacia do interesse público e o princípio da legalidade podem ser excludentes, devendo, em eventual conflito, prevalecer o primeiro, por sobrepor-se a todos os demais.
- (E) publicidade está implícito na atuação da administração, uma vez que não consta da constituição federal, mas deve ser respeitado nas mesmas condições que os demais.

28. A Administração pública editou um decreto organizando o segmento imobiliário de sua administração. A medida é

- (A) constitucional, desde que não tenha implicado em criação de órgão ou aumento de despesa.
- (B) inconstitucional, tendo em vista que a autonomia da administração pública para tanto estaria restrita a extinção de cargos vagos.
- (C) constitucional, desde que tenha havido autorização legislativa e que não tenha implicado extinção de cargos, ainda que vagos.
- (D) inconstitucional, na medida em que o executivo não possui competência para edição de decretos autônomos em decorrência de seu poder regulamentar, nem para organizar a administração pública.
- (E) inconstitucional, tendo em vista que a organização da administração deve ser promovida por meio de lei.

29. O particular requereu a emissão de determinada licença. O pedido foi apreciado por autoridade incompetente. Esta, no entanto, verificou que estavam presentes os requisitos para edição do ato vinculado, emitindo assim a licença. A autoridade competente, instada a tanto,

- (A) deve convalidar o ato, porque estava diante de ato vinculado e desde que não se trate de competência exclusiva.
- (B) pode convalidar o ato, mediante análise de conveniência e oportunidade, porque se tratava de ato vinculado.
- (C) deve convalidar o ato, mediante análise de conveniência e oportunidade, independentemente do vício de competência incorrido.
- (D) não pode convalidar o ato, porque essa convalidação só é admissível quanto a vícios referentes a forma.
- (E) não pode convalidar o ato, pois somente os atos discricionários admitem a convalidação.



30. Em relação às empresas estatais, é correto afirmar que
- (A) se submetem ao regime jurídico de direito público quando se tratar de empresa pública, porque o capital pertence a pessoas jurídicas de direito público.
 - (B) se submetem ao regime jurídico típico das empresas privadas, com derrogações por normas de direito público.
 - (C) não se submetem a lei de licitações, porque sujeitas ao regime jurídico típico de direito privado.
 - (D) não se submetem a lei de licitações, salvo no que se refere às suas atividades fins, que dependem sempre de licitação.
 - (E) se submetem integralmente ao regime jurídico de direito privado, sem derrogações, a fim de resguardar o princípio da isonomia em relação às demais empresas que atuem no setor.

31. Quando se determina ao servidor público que ele exerça com zelo e dedicação as atribuições de seu cargo e atenda com presteza o público, está-se diante de
- (A) obrigação legal implícita, na medida em que são decorrentes da interpretação dos direitos e deveres dos servidores que constam na legislação vigente.
 - (B) deveres morais, que somente podem ser utilizados para punição disciplinar na hipótese de haver positividade da regra na unidade de classificação do servidor.
 - (C) recomendação disciplinar implícita, punível, na reitereção, com demissão.
 - (D) recomendação moral a todos os servidores públicos, não havendo possibilidade de punição disciplinar em decorrência do desatendimento, a não ser pela análise de desempenho.
 - (E) deveres legalmente expressos, de modo que o desatendimento possibilita a adoção de providências por parte da Administração pública.

32. A Administração pública submete-se, nas suas atividades típicas, nos termos da lei, ao controle do
- (A) Tribunal de Contas no que concerne ao juízo de oportunidade e conveniência, excluída apreciação de economicidade e legalidade, exclusivos do poder Legislativo.
 - (B) Judiciário, no que concerne aos aspectos de oportunidade e conveniência, e do Legislativo no que concerne aos aspectos de legalidade.
 - (C) Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, que promove controle de legalidade e economicidade, dentre outros aspectos, nos termos da lei.
 - (D) Judiciário quanto aos aspectos de legalidade e discricionariedade, e da própria administração, em nível superior, quanto aos aspectos de discricionariedade.
 - (E) Legislativo, no que concerne ao juízo de oportunidade e conveniência, e ao Tribunal de Contas, no que concerne à legalidade de seus atos.

Direito do Trabalho

33. Em relação ao trabalho temporário, é correto afirmar:
- (A) O trabalho temporário pode ser contratado para substituição do pessoal regular e permanente da empresa ou em caso de serviços excepcionais que não se inserem na atividade fim da empresa contratante.
 - (B) Empresa de trabalho temporário é a pessoa jurídica que tem por atividade colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores.
 - (C) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviço ou cliente pode ser escrito ou verbal, desde que fique claro o motivo justificador da demanda de trabalho temporário.
 - (D) É defeso às empresas de prestação de serviço temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no país.
 - (E) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de cento e vinte dias, salvo autorização do Ministério do Trabalho.
34. Em relação à suspensão e à interrupção do contrato de trabalho, de acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho, é correto afirmar que
- (A) a suspensão do empregado por mais de trinta dias consecutivos importa em rescisão do contrato de trabalho por justa causa.
 - (B) o empregado que for aposentado por invalidez terá interrompido seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis previdenciárias para a efetivação do benefício.
 - (C) ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
 - (D) o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar não constituirá motivo para a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador, podendo este, porém, sofrer alterações caso o afastamento perdure por mais de seis meses.
 - (E) o contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de três a seis meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.
35. No que se refere aos períodos de repouso assegurados ao empregado por lei, é INCORRETO afirmar:
- (A) O descanso semanal remunerado terá duração de vinte e quatro horas consecutivas e será concedido aos domingos.
 - (B) O trabalho em domingo, seja total ou parcial, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.
 - (C) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de descanso de onze horas consecutivas.
 - (D) Não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.
 - (E) O descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, é direito dos empregados urbanos, rurais e domésticos.



<p>36. Considerando as normas da CLT e o entendimento sumulado do TST, é correto afirmar:</p> <p>(A) A remuneração do trabalho noturno terá um acréscimo de trinta por cento, pelo menos, sobre a hora diurna.</p> <p>(B) Para os estabelecimentos com mais de quinze empregados é obrigatório o controle de jornada de trabalho.</p> <p>(C) Considera-se trabalho noturno o executado entre às vinte e duas horas de um dia e às quatro horas do dia seguinte.</p> <p>(D) Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.</p> <p>(E) O empregado transferido para o período diurno de trabalho não pode deixar de receber o adicional noturno, sob pena de redução salarial.</p>	<p>39. Em relação à CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), conforme norma legal e entendimento sumulado do TST, é correto afirmar:</p> <p>(A) O empregado integrante da direção de CIPA tem estabilidade no emprego desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato.</p> <p>(B) A estabilidade do membro da direção da CIPA abrange apenas os titulares, não havendo que se falar em estabilidade para o suplentes.</p> <p>(C) O mandato dos membros eleitos da CIPA terá duração de um ano, permitida uma reeleição.</p> <p>(D) Os empregados elegem anualmente o Presidente da CIPA e o empregador designa o Vice-presidente.</p> <p>(E) Como órgão de proteção à integridade física e à saúde dos trabalhadores, a CIPA deve ser instituída em todas as empresas e é composta de representantes dos empregados, pelos mesmos eleitos.</p>
<p>37. Em relação à concessão e à época das férias, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considere:</p> <p>I. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.</p> <p>II. A concessão das férias será participada por escrito ao empregado, com antecedência de, no mínimo, quinze dias.</p> <p>III. Os membros de uma mesma família que trabalhem no mesmo estabelecimento ou empresa terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.</p> <p>IV. O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data em que adquiriu o direito.</p> <p>V. A remuneração das férias será paga até dois dias úteis antes do início do respectivo período.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) IV e V.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>40. NÃO corresponde ao entendimento sumulado pelo TST sobre terceirização:</p> <p>(A) A responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços abrange apenas as verbas contratuais, referentes ao período da prestação laboral, não abrangendo indenizações por danos morais ou materiais eventualmente constantes de decisão judicial.</p> <p>(B) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto aquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste do título executivo judicial.</p> <p>(C) A responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração pública não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.</p> <p>(D) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração pública direta, indireta, ou fundacional.</p> <p>(E) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.</p>
<p>38. Em relação ao décimo terceiro salário, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A primeira parcela do décimo terceiro salário será paga entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, correspondente à metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.</p> <p>(B) A primeira parcela do décimo terceiro salário será paga ao ensejo das férias do empregado, sempre que este a requerer no mês de janeiro do correspondente ano.</p> <p>(C) A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do cálculo do décimo terceiro salário.</p> <p>(D) As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para fins de cálculo do décimo terceiro salário.</p> <p>(E) O empregador deve pagar a primeira parcela do décimo terceiro salário no mesmo mês para todos os empregados.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>41. Sobre a organização, jurisdição e competência da Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra decorrentes da relação de trabalho, visto que por envolver trabalho marítimo a competência é da Justiça Federal.</p> <p>(B) a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, foi contratado, independentemente do local onde prestou seus serviços ao empregador.</p> <p>(C) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juizes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(D) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.</p> <p>(E) a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais previdenciárias e de imposto de renda, decorrentes das sentenças que proferir.</p>



42. Quanto aos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, é INCORRETO afirmar que
- (A) compete à secretaria das Varas do Trabalho a abertura de vista dos processos às partes, na própria secretaria e a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos.
- (B) no caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo de 20 (vinte) dias contados da data da nomeação do avaliador.
- (C) os distribuidores são designados pelo Presidente do Tribunal Regional, dentre os funcionários das Varas e do Tribunal Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo Presidente diretamente subordinados.
- (D) incumbe aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Tribunais Regionais do Trabalho que lhes forem designados pelo Juiz da Vara ou Presidente do Tribunal.
- (E) na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Juiz da Vara poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.
43. De acordo com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) Os dissídios individuais submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, o mesmo não ocorrendo com os dissídios coletivos.
- (B) O direito processual comum será fonte primária do processo do trabalho, sendo que havendo incompatibilidade de normas deverão ser aplicadas as normas do processo civil comum por ser mais abrangente.
- (C) A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, ainda que não haja autorização expressa do Juiz da execução, diante da sua relevância para a execução trabalhista.
- (D) As certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependerão de despacho meramente ordinatório do chefe da secretaria da Vara.
- (E) Os prazos processuais são contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.
44. A respeito de custas e emolumentos no Processo do Trabalho, conforme normas legais aplicáveis, é correto afirmar:
- (A) Nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos).
- (B) Em caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, as custas relativas ao processo de conhecimento serão calculadas sobre o valor arbitrado pelo Juiz.
- (C) O Ministério Público do Trabalho e as entidades fiscalizadoras do exercício profissional estão isentas do pagamento das custas processuais.
- (D) Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo não terá nenhuma responsabilidade pelo pagamento das custas devidas.
- (E) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária de justiça gratuita.
45. Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,
- (A) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- (B) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- (C) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- (D) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- (E) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.



46. A empresa Deuses do Olimpo Produções S/A foi citada para responder reclamatória trabalhista que tramita pelo procedimento ordinário e comparecer à audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento), designada trinta dias após a sua notificação. Entretanto, o representante legal da empresa reclamada, por mero esquecimento, não compareceu à audiência designada. O reclamante compareceu à audiência sem a presença de seu advogado. O advogado da reclamada, presente em audiência, pretendeu apresentar defesa oral. Nessa situação, com fundamento na lei e em jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho – TST, o Juiz deverá

- (A) arquivar a reclamatória diante da ausência de uma das partes e do advogado do reclamante, tendo em vista que este não pode atuar pessoalmente na Justiça do Trabalho.
- (B) adiar a audiência para outra data possibilitando o comparecimento do advogado do reclamante e do representante legal da reclamada.
- (C) permitir ao patrono da empresa a apresentação de defesa oral e adiar a audiência para que o advogado do reclamante tome ciência da defesa e apresente réplica nos autos.
- (D) aplicar a revelia e conseqüente confissão quanto à matéria de fato à reclamada ausente não permitindo que seu advogado apresente defesa oral diante do motivo da ausência não ser relevante e prosseguir com o processo sem adiar a audiência.
- (E) autorizar que o patrono da reclamada apresente defesa por escrito em 15 dias diretamente no protocolo da Secretaria da Vara e adiar a audiência para nova data.

47. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, são submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho tanto dissídios individuais como dissídios coletivos. Sobre esses últimos, com base na CLT, é correto afirmar que:

- (A) a instância em dissídio coletivo será instaurada apenas mediante representação escrita das associações sindicais, em qualquer situação.
- (B) em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente estender tais condições de trabalho aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.
- (C) a decisão sobre novas condições de trabalho não poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal, apenas aos da mesma empresa.
- (D) decorrido mais de 6 (seis) meses de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.
- (E) a revisão será julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho quando a decisão tiver sido proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, depois de ouvida a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

48. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê os recursos admissíveis em relação às decisões no processo do trabalho. Os prazos previstos em lei para os recursos ordinários, embargos no TST, agravo de instrumento, agravo de petição, embargos de declaração são, respectivamente,

- (A) 08 dias, 10 dias, 08 dias, 05 dias e 10 dias.
- (B) 08 dias, 05 dias, 48 horas, 05 dias e 05 dias.
- (C) 08 dias, 08 dias, 08 dias, 08 dias e 05 dias.
- (D) 10 dias, 05 dias, 48 horas, 08 dias e 05 dias.
- (E) 05 dias, 08 dias, 48 horas, 08 dias e 08 dias.

Direito Civil

49. A empresa X, situada na cidade do Rio de Janeiro, é dissolvida por seus sócios e, imediatamente, liquidada. As empresas H e W, credoras da empresa X não recebem os seus respectivos créditos mesmo após o encerramento da empresa. Neste caso, as pretensões das empresas credoras contra os sócios da empresa X prescreverão, a partir da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade, no prazo de

- (A) 01 ano.
- (B) 03 anos.
- (C) 04 anos.
- (D) 05 anos.
- (E) 02 anos.

50. Analise a seguinte situação hipotética: O Brasil declara guerra contra uma Força Revolucionária Boliviana que atua na fronteira de nosso país, especialmente envolvendo desmatamento da Amazônia e tráfico de entorpecentes. O Brasil destaca um grupo de mil soldados para a missão e, durante a guerra, os Soldados Milton e Davi, do Exército Brasileiro, são capturados pela Força Revolucionária Boliviana e desaparecem. Neste caso, para ser declarada a morte presumida dos soldados Milton e Davi, do Exército Brasileiro, sem decretação de ausência é necessário que eles NÃO sejam encontrados até

- (A) dois anos após o término da guerra.
- (B) um ano após o término da guerra.
- (C) cinco anos após o término da guerra.
- (D) três anos após o término da guerra.
- (E) seis meses após o término da guerra.



51. Sobre os Fatos Jurídicos, de acordo com o Código Civil Brasileiro, considerar as seguintes assertivas:
- I. A manifestação de vontade, em regra, não subsiste se o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
 - II. A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - III. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

52. Sobre o erro ou ignorância, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- (A) O erro será substancial quando sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (B) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (C) O erro de indicação da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa.
- (D) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- (E) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável ao contrário do que ocorre nos casos de declaração direta.

53. Joaquim é proprietário de um imóvel residencial urbano situado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Barra da Tijuca. Após mudar-se para a cidade de São Paulo a trabalho, Joaquim mantém o imóvel no Rio de Janeiro e o alugou para Manoel, pelo prazo de trinta e seis meses a partir de 1º de Janeiro de 2011. No dia 1º de Dezembro de 2011, Manoel, após deixar de pagar quatro meses de aluguel (Agosto, Setembro, Outubro e Novembro), resolveu abandonar o imóvel e entregou as chaves do mesmo na imobiliária. Manoel, no dia 1º de Dezembro de 2012, encaminhou uma carta ao Joaquim desculpando-se pelos transtornos e reconhecendo o débito locatício perante o ex-locador, carta esta recebida no mesmo dia por Joaquim. Neste caso, a fim de evitar a consumação do prazo prescricional para cobrança dos aluguéis e encargos locatários, nos termos preconizados pelo Código Civil Brasileiro, Joaquim deverá ajuizar a respectiva ação até o dia

- (A) 1º de Dezembro de 2014.
- (B) 1º de Dezembro de 2015.
- (C) 1º de Dezembro de 2013.
- (D) 1º de Dezembro de 2016.
- (E) 1º de Dezembro de 2017.

54. Se a decadência for convencional, nos termos preconizados pelo Código Civil Brasileiro, a parte a quem aproveita pode alegá-la

- (A) em qualquer grau de jurisdição, e o juiz poderá suprir a alegação.
- (B) em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- (C) até o término do prazo para contestação, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- (D) até o término do prazo para contestação, e o juiz poderá suprir a alegação.
- (E) até a data da prolação da sentença de primeiro grau, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Direito Processual Civil

55. Paulo era domiciliado em São Paulo/SP e faleceu em Roma, durante viagem de turismo. O falecido era proprietário somente de uma fazenda situada em Campo Grande/MS metade da qual deixou, por disposição de última vontade, para sua companheira, residente em Cuiabá/MT. Seus dois filhos são domiciliados em Belo Horizonte/MG e Curitiba/PR. É competente para o cumprimento das disposições de última vontade, o inventário e a partilha, o foro da Comarca de

- (A) São Paulo/SP.
- (B) Campo Grande/MS.
- (C) Cuiabá/MT.
- (D) Belo Horizonte/MG.
- (E) Curitiba/PR.



56. No que concerne aos atos processuais, os atos do juiz que designam audiência de conciliação, que extinguem o processo sem resolução do mérito e que indeferem a produção de prova pericial são, respectivamente,
- (A) decisões interlocutórias, despachos e sentenças.
 - (B) sentenças, despachos e decisões interlocutórias.
 - (C) decisões interlocutórias, sentenças e despachos.
 - (D) despachos, decisões interlocutórias e sentenças.
 - (E) despachos, sentenças e decisões interlocutórias.
-
57. Sobre a resposta do réu, é correto afirmar:
- (A) O juiz não poderá indeferir a petição inicial de exceção, mesmo se considerá-la manifestamente improcedente.
 - (B) O prazo para reconvenção é de 15 dias contados do último dia do prazo para contestação.
 - (C) A ausência de impugnação específica dos fatos feita por curador especial através de contestação por negação geral impede o reconhecimento dos efeitos da revelia.
 - (D) Oferecida reconvenção, o autor será pessoalmente citado para contestá-la no prazo de 15 dias.
 - (E) Quando vários réus forem citados para a ação, o prazo para responder se contará, respectivamente, da data em que for juntado aos autos o mandado devidamente cumprido referente a cada um deles.
-
58. A respeito do depoimento pessoal, é certo que
- (A) o advogado regularmente constituído não pode prestar depoimento pessoal pelo cliente.
 - (B) o juiz não pode, de ofício, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.
 - (C) se a parte intimada comparecer, mas se recusar a depor, o juiz não lhe aplicará a pena de confissão.
 - (D) quem ainda não depôs pode assistir ao interrogatório da outra parte.
 - (E) é incabível o depoimento pessoal de pessoa jurídica.
-
59. O executado pode remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios, antes
- (A) da efetivação da penhora de bens.
 - (B) de adjudicados ou alienados os bens.
 - (C) da avaliação dos bens penhorados.
 - (D) da primeira praça ou leilão.
 - (E) da segunda praça ou leilão.
-
60. A respeito dos embargos de terceiro, considere:
- I. Podem ser opostos, no processo de execução, até 5 dias depois do embargante tomar ciência do ato de constrição judicial.
 - II. Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 dias.
 - III. Admitem-se embargos de terceiro para o credor com garantia real obstar a alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

**Discursiva – Redação**

Atenção: Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A música popular urbana brasileira é resultado da confluência cultural de três etnias: o índio, o branco e o negro [...]. Como manifestação cultural expressiva, essa música urbana surgiu no início do século XIX, nos principais centros da colônia, notadamente Rio de Janeiro e Bahia [...].

Nos anos 60 e 70 do século XX, estava em voga dizer que só através da arte poderíamos transformar o mundo. A frase tinha um quê de exagero, mas, ao menos no âmbito da música popular brasileira, serviu de inspiração para milhares de jovens que participaram dos festivais pelo país.

(Adaptado de André Diniz, **Almanaque do samba**)

Considerando-se o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A música popular como expressão de valores culturais brasileiros

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	